CONJUNTURA AUSTRAL
JOURNAL OF THE GLOBAL SOUTH
ISSN 2178-8839

Artigo
Rev. Conj. Aust. | v.14 n.65 | jan./mar. 2023

Rússia e a Guerra Civil Síria: o posicionamento russo no Conselho de Segurança das Nações Unidas

Russia and the Syrian Civil War: The Russian position on the United Nations Security Council

DOI: https://doi.org/10.22456/2178-8839.128336

Marcos Alan Ferreira
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil
marcosalan@gmail.com

Evellin Cristina da Silva
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil
evellin23ecs@gmail.com

Resumo

O presente trabalho analisa o posicionamento da Rússia no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) durante a Guerra Civil Síria. Este teve início em 2011 e perdura até os dias atuais. O conflito tem provocado diversas mortes, deslocamentos e uma crise humanitária que demanda solução. Nesse cenário, é esperado um posicionamento do CSNU e ações para solucionar o caso. Porém, há uma falta de consenso entre os membros do CSNU e a Rússia teve papel central, pois participou do conflito em 2015, apoia Bashar al-Assad e vetou algumas propostas de resolução sobre o conflito. Por esse papel importante, buscamos explorar as possíveis motivações e interesses russos que levaram à falta de consenso no CSNU em relação ao conflito sírio à luz de uma leitura realismo ofensivo. Inicialmente apresentamos o conflito sírio e os seus atores; em seguida, abordamos a política externa russa e seus interesses; por fim, exploramos o posicionamento russo no CSNU durante o conflito. Como base metodológica, partimos de uma análise exploratória-descritiva com coleta de dados e pesquisa documental fundamentada nas resoluções do CSNU nos anos de 2012-2020. Em conclusão, destacamos que a Síria é parte central da política externa russa, com dimensões econômicas e estratégicas que ultrapassam a questão do conflito. Enquanto a Rússia continua a proteger um de seus aliados na região e mantém uma zona de influência visando vantagens econômicas e geopolíticas, a Síria recebe por sua vez o apoio político e diplomático para suas ações no cenário internacional.

Palavras-chave: Conselho de Segurança; Guerra Civil síria; Rússia; Política externa; Conflito armado.

Abstract

The present work analyzes the position of Russia in the United Nations Security Council (UNSC) during the Syrian Civil War. The Syrian Civil War began in 2011 and continues to the present day. The conflict has generated several deaths, displacements and a humanitarian crisis that needs a resolution. In this scenario, a position from the UNSC and actions to resolve the case are expected. However, there is a lack of consensus among UNSC members and Russia played a central role, as it participated in the conflict in 2015, supported Bashar al-Assad and vetoed some resolution proposals on the conflict. For this important role, we seek to explore possible Russian motivations and interests that led to the lack of consensus in the UNSC regarding the Syrian conflict, under the lenses of offensive realism. Therefore, we present the Syrian conflict and its actors; then we discuss Russian foreign policy and its interests; finally, we explore the Russian position in the UNSC during the conflict. As a methodological basis, we start from an exploratory-descriptive analysis with data collection and documentary research based on the UNSC resolutions in the years 2012 to 2020. In conclusion, we emphasize that Syria is a central part of Russian foreign policy, with economic and strategic dimensions that overcome the civil conflict. Therefore, Russia continues to protect one of its allies in the region and maintains a zone of influence, in which, in addition to the economic and geopolitical advantages that its presence can guarantee, it also receives political and diplomatic support from Syria in its actions on the international stage.

Keywords: Security Council; Syrian Civil War; Russia; Foreign policy; Armed conflict.

Recebido: 05 Novembro 2022
Aceito: 21 Março 2023

Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse

Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

A Guerra Civil Síria é um conflito que teve início em 2011 e perdura até os dias atuais. Este tem resultado em uma séria crise humanitária com muitas mortes, deslocamentos e grande fluxo de refugiados para outros países. O Alto Comissariado de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ACNUDH) contabiliza que ao menos 350 mil mortes aconteceram nos 10 anos do conflito (UN, 2021), além de mais de 13 milhões de pessoas fugiram ou se deslocaram internamente no país. Ainda hoje, prevê-se que 14,6 milhões de pessoas necessitam de Ajuda Humanitária (ACNUR, 2022).

Acerca do início do conflito, em 2011 e 2012 manifestações populares foram recebidas com respostas violentas por parte do governo sírio e suas forças armadas (ZREIK, 2019), fato que desencadearia logo em seguida mais de uma década de Guerra Civil. De acordo com Silva e Ferreira (2021), o conflito tem consistido no embate entre o governo e aqueles que pertenciam a sua oposição, ou seja, que desejavam a retirada do presidente Bashar al-Assad do poder. Alguns atores internos emergiram ao longo do conflito, como o Estado Islâmico (ISIS), mas também houve o apoio de atores externos para um dos lados do conflito (SILVA; FERREIRA, 2021). Dos atores que desejavam a retirada de Bashar al-Assad e apoiaram grupos da oposição, estavam a Turquia, Arábia Saudita e Estados Unidos. Enquanto o Irã e a Rússia apoiavam o governo de Assad e suas forças (BUZETTO, 2019).

Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU) teve sua atuação limitada, dado que para realizar algumas ações no território sírio é necessária aprovação pelo seu órgão responsável por manter a Paz e Segurança Internacional, o Conselho de Segurança (CSNU) (ALKAFF, 2016). O CSNU é responsável por decidir em quais situações os membros da ONU devem se unir e como devem agir no caso analisado[1]. No caso do conflito sírio são realizadas negociações, propostas e resoluções, mas houve uma falta de consenso entre os membros, principalmente os permanentes, especialmente pelo choque de interesses entre EUA e Rússia. Há menções e análises em língua inglesa sobre o papel russo no conflito, com exames desde o posicionamento de China e Rússia perante o conflito, até mesmo suas implicações para o cenário de segurança global (CHARAP, 2013; CHAZIZA, 2014; EDINGER, 2022). Não obstante, ainda que muito se produza sobre os interesses gerais russos no conflito (PAUTASSO *et al.*, 2015; PICOLLI *et al.*, 2018), não há especificamente na literatura em língua portuguesa uma sistematização sobre o posicionamento russo no Conselho de Segurança frente ao conflito sírio, o que caracteriza uma originalidade no presente trabalho. Diante deste contexto, emerge como pergunta principal: Qual o posicionamento russo no CSNU e suas possíveis motivações em relação ao conflito sírio?

Com esta pergunta em mente, o artigo objetiva compreender o posicionamento e as motivações da Rússia no Conselho de Segurança das Nações Unidas frente à Guerra Civil Síria. Além de suas decisões no órgão, também exploramos os caminhos para a Rússia conduzir esse posicionamento à luz do realismo ofensivo, dado que o alinhamento russo na Síria remonta a questões de projeção ofensiva de poder dentro dos constrangimentos estruturais colocados em em jogo – de potências grandes e médias – na região do Oriente Médio. Logo, trata-se aqui de uma potência militar que busca equilibrar suas capacidades frente às projeções ofensivas das demais potências globais – especialmente as ocidentais.

Como base metodológica, o artigo parte de uma análise exploratória-descritiva com coleta de dados por meio de pesquisa bibliográfica e documental sistematizada a partir de um recorte temporal entre os anos de 2012 e 2022. Essa coleta de dados e pesquisa documental fundamenta-se nos relatórios e resoluções do CSNU que são disponibilizados pelo *Security Council Report*, base que congrega as decisões do Conselho de Segurança da ONU. Este tipo de estratégia de pesquisa é especialmente relevante quando se trata de um tema pouco explorado. Ainda que se entenda as limitações naturais de uma técnica de análise documental, procurou-se triangular os achados com as análises da literatura pertinente, evitando assim reproduzir simplesmente os conteúdos dos documentos e apresentar aos leitores uma nova exploração sobre um tema central que envolve um dos mais importantes conflitos contemporâneos, com forte incidência de uma potência militar

[1] O CSNU possui quinze membros, dez que não são permanentes e cinco permanentes (Rússia, Estados Unidos, Reino Unido, França e China). É preciso que nove membros, incluindo todos os permanentes, votem de forma favorável para que uma resolução seja aprovada. Os cinco membros permanentes possuem poder de vetar algum projeto de resolução e nesses casos a medida não será realizada (BACCARINI, 2017).

como é a Rússia. Por sua vez, esta abordagem metodológica permite uma leitura da inserção russa em uma área historicamente disputada pelas grandes potências.

O posicionamento da Rússia no CSNU e a atuação desse órgão na Síria se configura em um tema relevante pela atualidade do conflito e também por buscar entender o papel de um membro permanente do CSNU e como suas decisões podem manter o órgão inefetivo perante uma guerra prolongada. Adicionalmente, compreender os principais interesses e objetivos da política externa russa é uma forma de pensar implicações e impactos deste posicionamento em outros conflitos em andamento, tal como vem ocorrendo na Ucrânia. Desde 2011, a Rússia em conjunto com a China tem vetado resoluções que condenam as violações aos Direitos Humanos. Já em 2017, a Rússia vetou uma resolução que responsabilizava o governo de Bashar al-Assad por utilizar armas químicas no conflito (MELLING; DENNETT, 2018). Seu posicionamento, como veremos adiante, pode se enquadrar a partir de uma leitura realista que a Rússia tem do jogo geopolítico global, na qual a manutenção de sua influência no Oriente Médio torna-se elemento chave no seu envolvimento na Síria (EDINGER, 2022).

O presente trabalho está dividido em quatro partes. Primeiro, busca-se contextualizar o conflito e o envolvimento dos principais atores envolvidos e as consequências no país. Segundo, abordamos o posicionamento russo frente ao cenário internacional, assim como os seus interesses envolvidos. Por fim, apresentamos o posicionamento russo no CSNU ao destacar algumas de suas motivações para suas decisões no órgão, as resoluções que foram aprovadas e vetadas, também a conduta da Rússia no órgão e no conflito.

A Guerra Civil síria e os atores envolvidos

A Síria é marcada pela sua diversidade étnica e religiosa desde a sua formação até o estopim deste conflito iniciado em 2011 (FURTADO; RODER; AGUILAR, 2014). A independência do país após o período sob o mandato francês aconteceu após eleições em 1943, porém apenas após dois anos há uma transferência para um governo independente (BENTES; NEVES; LOBATO, 2018). Este realizou modificações em seu território ao unir os territórios alauitas e drusos com regiões que são predominantemente sunitas. Historicamente, o país permaneceu marcado por essas etnias socialmente heterogêneas (FILDIS, 2012).

De 1961 até 1970, a Síria sofreria uma série de golpes e contragolpes militares, até que em 1971 Hafez al-Assad chega ao poder por meio de outro golpe militar. Hafez al-Assad realizou a ligação entre o Partido Baath, os militares e a burocracia, assim como reprimiu com brutalidade toda oposição ao seu governo (GUIMARÃES; CARVALHO, 2017). Na conjuntura internacional, Hafez foi aliado da União Soviética (URSS) e manteve essa parceria com o governo russo. Após sua morte em 2000, seu filho mais novo, Bashar al-Assad, o atual presidente da Síria, assumiu o poder. Devido a idade de Bashar al-Assad não permitir que fosse presidente, o parlamento sírio realizou uma manobra para mudar a idade mínima de candidatos à presidência de 40 para 34 anos (SAMPAIO *et al.*, 2016).

Durante o governo de Bashar al-Assad, o descontentamento da população continuou durante protestos governamentais que ficaram conhecidos como Primavera Árabe. Esse fenômeno teve início no norte da África em 2010, após um jovem comerciante tunisiano, Mohamed Bouazizi, atear fogo em si próprio como protesto contra a corrupção e maus tratos realizados por policiais. Esse ato foi o ponto inicial para que outros protestos também ocorressem e representassem o "florescer da liberdade" e as mudanças políticas em alguns países do Oriente Médio e do Norte da África (SANT'ANA, 2018). Na Síria esses atos foram uma tentativa de conseguir algumas conquistas políticas e apesar de em sua maioria serem manifestações pacíficas, foram respondidas com repressão por parte do governo (GUIMARÃES; CARVALHO, 2017).

Entretanto, o estopim para o conflito na Síria vai acontecer quando em Daraa um grupo de vinte jovens foram detidos após grafitarem nos muros da escola mensagens revolucionárias. Apesar de serem libertados, existiam marcas de tortura, o que culminou em mais protestos no país em 2011 (SOARES, 2018). Uma outra motivação para a eclosão do

conflito na Síria foi essa presença étnica e religiosa, pois os sunitas são a maior população no país, enquanto os drusos, cristãos, alauitas, curdos, entre outros, são a minoria. O presidente Bashar al-Assad faz parte da minoria alauita (ZAHREDDINE, 2013).

O conflito ficou marcado por grupos em oposição ao governo Assad e atores que o apoiavam. Ao longo dos anos do conflito, em que grupos da oposição dominavam cidades sírias e o governo com seus aliados buscavam retomar essas regiões, provocou a maior crise humanitária do século XXI, com muitos refugiados e deslocamentos forçados (CALEGARI, 2018). Porém, o conflito não ficaria apenas entre aqueles que desejavam a renúncia do presidente e as forças do governo que reprimiam esses movimentos, isso porque acontece também a ascensão de grupos, como os religiosos extremistas, que iriam agravar ainda mais o conflito (ZAHREDDINE, 2013).

De modo geral, as potências regionais que se envolveram foram a Turquia, Irã e Arábia Saudita. Inicialmente o governo de Bashar al-Assad teve apoio de parte da população e das forças armadas, porém também contou com apoio externo do Irã e do Hezbollah, uma força islâmica xiita com organização política e militar. O seu interesse ao participar do conflito era manter al-Assad no poder e assim proteger suas alianças estratégicas na região e suas rotas de fornecimento de armas (SILVA; FERREIRA, 2021). O Irã forneceu recursos financeiros e enviou sua força especial para a Síria em 2016 em apoio a Assad, pois a Síria, como um de seus aliados na região, é central no equilíbrio de poder regional frente à Arábia Saudita e Israel (TABRIZI; PANTUCCI, 2017).

Por sua vez, a Arábia Saudita esteve empenhada na retirada de Bashar al-Assad do poder. O país forneceu apoio e patrocínio para grupos de oposição. Além disso, há uma tensão entre o Irã e a Arábia Saudita, pois o primeiro segue o xiismo e possui relações com a Rússia, enquanto o outro é uma monarquia sunita e recebe apoio dos EUA (FURTADO; RODER; AGUILAR, 2014), fato que explica as tensões geopolíticas permanentes entre estes dois importantes atores no jogo de xadrez do Oriente Médio.

Acerca da participação da Turquia, o país é de maioria sunita e também apoiou a oposição ao governo. A partir de 2016 realizou operações diretas no território sírio, pois declarou ter interesse em conter os efeitos do conflito em sua região (LEEUWEN; VEEN, 2019). Além desses atores regionais, internamente houve reivindicações por parte dos curdos, que buscam alcançar a constituição do Curdistão. Os curdos se concentram ao norte da Síria, na região que faz fronteira com a Turquia, e se opõem ao governo de Assad (NASSER; ROBERTO, 2019).

Além desses atores, o conflito também se agravaria devido a presença de extremistas religiosos islâmicos, como é o caso da Frente al-Nusra e do Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS). O ISIS após 2014 controlou diversas áreas na Síria, o que fez com que países como Rússia, Estados Unidos e Turquia, realizassem operações para retomar territórios com sua presença (SILVA; SILVA, 2018).

Por fim, as potências globais envolvidas foram os Estados Unidos e a Rússia. Inicialmente, os Estados Unidos se envolveram em apoio à oposição ao governo. Exigiram a saída de al-Assad e utilizaram sanções contra a Síria, mas além desse objetivo também buscaram limitar a presença de grupos extremistas religiosos na região através de assassinatos seletivos e ataques pontuais contra posições de organizações como o Estado Islâmico (GUIMARÃES; CARVALHO, 2017). O posicionamento norte-americano mudaria com a vitória de Donald Trump em 2017, com menor empenho do último no conflito (PHILLIPS, 2019).

Um outro ator global foi a China, porém como um apoio para a Síria mais centralizado em negociações diplomáticas. Juntamente com a Rússia, vetou alguns projetos de resolução ao alegar que estes permitiriam uma intervenção militar no regime sírio por meio do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). A China tem interesses econômicos na região, especialmente na distribuição de commodities chinesas na região. Outro ponto é que com a parceria e relações com a Síria, Pequim também mantém uma presença no Oriente Médio enquanto potência global (NAHLAWI, 2019).

A China tem se concentrado em buscar seus interesses e impulsionar a sua modernização econômica ao aumentar os seus mercados externos e investimento em outras regiões. Por isso, busca também manter a estabilidade regional no Oriente Médio para que possa garantir seu interesse econômico e energético. Diante da presença dos EUA, uma forma de restringir o poder norte-americano tem sido a adoção de estratégias de formação de coalizões diplomáticas, principalmente na ONU, para limitar essa presença. Desse modo, a parceria entre Rússia e China é coordenada no sentido de ativar ações conjuntas para lidar com seus interesses internacionais e limitar o expansionismo norte-americano no Oriente Médio (CHAZIZA, 2014).

Já a Rússia tem sido um importante ator para as forças pró-governo (MARTINI; YORK; YOUNG, 2013). A Rússia historicamente tem contribuído para os setores econômico, militar e diplomático da Síria. Durante as negociações no CSNU vetou a possibilidade de sanções mais firmes contra o país e vetaria outras ao longo dos anos em que perdura a guerra civil (PHILLIPS, 2019). Além desse apoio, a Rússia se envolveu diretamente no conflito em 2015 ao ajudar na retomada da cidade de Aleppo e no combate aéreo contra o ISIS e outros grupos extremistas (ALKAFF, 2016).

Na escala global, a comunidade internacional tem condenado a situação do conflito, pois este tem provocado a maior crise de migração e humanitária desde a Segunda Guerra Mundial. Por isso, também era esperado um posicionamento por parte do órgão responsável pela paz e segurança internacional, o CSNU. Apesar de o CSNU não ser responsável pelo agravamento dos embates, ainda fez emergir discussões acerca de se uma cooperação seria uma das possibilidades para a resolução do conflito. Desse modo, a participação da Rússia e o seu poder de veto no CSNU também foram centrais para o papel do órgão no conflito sírio, aspecto que exploramos a seguir.

Projeção de poder da Rússia na contemporaneidade à luz do realismo ofensivo

Dentro das Relações Internacionais, diversas chaves de leitura podem auxiliar a compreender a inserção das grandes potências em cenários de conflito. Destaca-se aqui a corrente que prevalece nas leituras da área, a saber, o realismo. Antes de tudo, é importante ter clareza que esta corrente é complexa e apresenta diversas vertentes. Como bem examinado por Smith e Dawson (2022, p. 179), "os realistas têm alguns traços comuns, como uma visão "centrada no estado" nas RI, uma crença de que o sistema internacional é anárquico e que os estados são (principalmente) atores racionais", não obstante, "falar de uma única teoria realista de RI é um equívoco completo e presta um grande desserviço à tradição"[2].

Para além do realismo clássico, em que figuram autores como E. H. Carr e Hans Morgenthau – ambos inspirados pelo realismo político de T. Hobbes, Tucídides, N. Maquiavel, entre outros – a década de 1970 testemunhou a emergência do neorrealismo (ou realismo estrutural) desenvolvido por Kenneth Waltz (WALTZ, 1979). Enquanto no realismo clássico atribui-se a ideia de os Estados emulam uma natureza humana egoísta pautada pela busca pela sobrevivência, o neorrealismo retira a ideia de natureza humana como centro explicativo do comportamento dos Estados. Na realidade, em um sistema sem um centro de poder e por consequência anárquico, são as pressões desta anarquia que definem a configuração e a estrutura do sistema. Neste sentido, o comportamento dos Estados responde a incentivos de segurança imposto por um sistema internacional que é anárquico (EDINGER, 2022, p. 1876).

Dentre as muitas perspectivas e críticas que se desdobram do trabalho de Waltz (1979), figura-se o realismo ofensivo. O realismo ofensivo concorda com o neorrealismo de Waltz que a política internacional é uma arena definida pelas grandes potências (SMITH; DAWSON, 2022, p. 177). Estas, por sua vez, estão "preocupadas principalmente em descobrir como sobreviver em um mundo onde não há agência para protegê-los uns dos outros" e que "o sistema

[2] Ao mesmo tempo, não se pode perder de vista que o realismo é uma abordagem teórica que explica parte dos problemas das RI, mas diante de uma área tão complexa, deve-se ter o cuidado de não olhar a corrente como a única com capacidade explicativa das relações com os Estados. Para além das críticas advindas de outras correntes como liberalismo e construtivismo, é sempre relevante lembrar que alguns pressupostos realistas – como a ideia de natureza humana como egoísta – encontra limitações em cenários específicos, tal como amplamente explicado por Kristen Monroe (1996) e Marcos Ferreira (2019).

internacional [anárquico] cria incentivos poderosos para os estados buscarem oportunidades de ganhar poder às custas dos rivais" (MEARSHEIMER, 2001, p. 21).

Porém, há uma diferença aqui importante entre neorrealismo e realismo ofensivo. Na primeira vertente, a estrutura dos Estados não leva necessariamente a uma lógica de acumulação de poder adicional. Por sua vez, na lógica do realismo ofensivo de Mearsheimer (2001), um dos objetivos do Estado é maximizar seu poder e buscar a hegemonia, pois assim garante sua sobrevivência no cenário internacional. O objetivo máximo de uma potência passa por ser hegemônica, fortalecendo antes seu posicionamento regional. No caso da Rússia, presume-se neste artigo que, com a expansão da OTAN, a busca de Moscou por influência externa e manutenção aliados é central para que o país possa projetar poder e reforçar sua presença no cenário internacional (EDINGER, 2022). Isto inclui a estratégica região do Oriente Médio, área aqui examinada neste artigo. Como bem apontado por Edinger (2022), trata-se aqui de uma disputa regional central no jogo de poder global, que leva à competição não só com a OTAN (SILVA, 2020), como também com agora aliados como a China (CHAZIZA, 2014). Isto explicaria o uso de instrumentos multilaterais – como o Conselho de Segurança – para projetar poder e demonstrar seu status de potência.

Antes de adentrar no contexto atual do conflito sírio, é importante salientar que no período após a Guerra Fria a Rússia tinha por principais interesses conseguir parcerias e aliados no Ocidente, pois ao cooperar com países ocidentais poderia garantir a assistência financeira, política e técnica que necessitava em sua transição política. Uma das primeiras estratégias seria manter relações com potências econômicas como os EUA, Alemanha, Grã-bretanha, China e Japão (TRENIN, 2016). Com a dissolução da URSS em 15 Estados Independentes, ocorre a criação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), um fórum para coordenação política e econômica. Essa coordenação da CEI foi uma forma de manter aliados e a segurança russa na região diante da presença da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (ZHEBIT, 2019).

Posteriormente a política externa russa[3] nota que os ajustes iniciados por Mikhail Gorbachev (1985-1991) de aproximação da Rússia com o Ocidente não obtiveram os benefícios esperados. De 1993 a 1999, a Rússia tem no poder o governo de Boris Yeltsin, responsável pela transição para o capitalismo após o fim da Guerra Fria. Uma das medidas em seu governo foi a privatização do setor energético. Com o fim do bloco soviético cresce o interesse da Rússia em participar do mercado mundial de petróleo, gás natural e aço (PEREIRA; PEDONE, 2013). Por isso, o país adota uma nova estratégia de se aproximar dos seus países vizinhos (FREIRE, 2009; 2013), se necessário com o uso do poder militar para projeção de poder.

Vladimir Putin assumiu o poder em 2000, em um momento que aumentam as tensões com os EUA (LAZZARI, 2011). No primeiro mandato de Putin (2000-2004), o presidente estabeleceu medidas para desenvolver os recursos naturais do país ao criar empresas ligadas a exploração e processamento desses recursos para competição no mercado internacional, e modernizar a infraestrutura extrativa russa (PEREIRA; PEDONE, 2013). Posteriormente, sob um viés de fortalecer a multipolaridade, a política externa russa tem por prioridade sua aliança e parceria com a Ásia e o Oriente Médio, diferente de antes que tinha mais laços com suas alianças soviéticas, como Coreia do Norte e Vietnã (SALOMON; PINHEIRO, 2013; PAUTASSO; ADAM; LIMA, 2015).

Algumas das alianças que a Rússia realizou no período foi criar a Organização de Cooperação de Xangai em conjunto com a China, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão. Esta tem como objetivo manter a confiança mútua e

[3] A política externa de um país é condicionada por seus fatores externos e internos, além da decisão de seu líder sobre os principais objetivos do país e as ações para alcançá-los. O ambiente doméstico também pode ter influência, assim como os atores, burocracias e culturas organizacionais (FERREIRA, 2020). No caso da Rússia, o presidente é central para definir a política externa e como será executada, porém ainda existem grupos ligados a essa liderança e que podem contribuir com a tomada de decisão mesmo que o poder maior seja desse líder (SALOMON; PINHEIRO, 2013). Esses grupos podem ser pessoas que fazem parte do exército e das forças de segurança, assim como grupos mais liberais e com valores ocidentais com relação a mercado e economia (FIGUEIREDO, 2013). A Federação russa é representada pelo presidente no exterior, mas em determinados momentos da sua história a representação se deu pelo primeiro-ministro (FIGUEIREDO, 2013).

cooperação entre os membros nos temas comuns de segurança. Um outro ato foi o Tratado de Boa Vizinhança assinado em 2001 entre a Rússia e a China com o intuito de ter cooperação econômica e uma parceria entre os países (LAZZARI, 2011).

Com o mandato de Putin a Rússia teve uma ascensão econômica e geopolítica, mas em 2008 a crise econômica global atinge o país frente à dependência de petróleo e gás (PAUTASSO; ADAM; LIMA, 2015). No mesmo ano, a Rússia intervém militarmente na Geórgia, o que prejudica ainda mais seus laços diplomáticos com o Ocidente, somados à posterior anexação da Crimeia (PEREIRA, 2016). Essa ação militar russa na Geórgia também suspende os encontros formais entre a OTAN e a Rússia (NATO, 2020). Com o passar dos anos, consolida-se na Rússia cada vez mais uma percepção clara do avanço da OTAN e União Europeia para zonas de sua influência, fato que se configuraria como uma ameaça existencial ao país enquanto potência. Inicialmente o país adota uma postura defensiva de dissuasão nuclear, porém também se envolve diretamente em conflitos como a crise da Ucrânia, em que a Rússia anexou a Crimeia em 2014 (TEIXEIRA, 2018), e posteriormente ataca a mesma nação em uma ação militar de grande alcance em 2022.

Como nos menciona Edinger (2022), John Mearsheimer destaca que a única forma de um estado sobreviver seria dominar sua região do mundo. A União Soviética tentou implementar seu modelo, mas não manteve seu império. Por sua vez, a Rússia nas primeiras décadas após a dissolução da URSS não teve a capacidade para dominar o "exterior mais próximo". No entanto, os outros países da Europa Oriental esperavam uma reafirmação russa, ou seja, que o país buscasse reconquistar influência e ter o domínio regional fora de seu território. Por isso, como forma de ter proteção buscaram fortalecer a OTAN como um caráter defensivo frente à possível ameaça russa (EDINGER, 2022).

Neste choque de poder, os interesses russos no Oriente Médio passam por fortalecer a sua presença na área e estreitar as relações com seus aliados na região, como é o caso da Síria e Irã. Desse modo, o país além de manter essa aliança política, também consegue uma parceria comercial com essa região (TRENIN, 2016). Por isso, o apoio russo ao governo de Bashar al-Assad pode ter diversas motivações, mas como uma de suas prioridades é ser um ator internacional importante e reconhecido, garantir esse apoio a um aliado, manter alianças econômicas e diplomáticas, além de sua presença no país. Estes elementos fortalecem esse papel russo de potência, figurando no caso da Síria como um importante aliado internacional com focos na economia e diplomacia (AMORIM, 2015; LOPES, 2017).

A política externa russa desde o período do fim da Guerra Fria tem passado por mudanças em seus objetivos e como cada líder conduz suas relações. Como prioridade do país é mantido seu interesse em se manter uma potência global com independência, soberania, integridade territorial e proteção de seus aliados no exterior (PICCOLLI; DALL'AGNOL; PEREIRA, 2018). Porém, para discutir a atuação do CSNU na Guerra Civil Síria, é necessário entender o posicionamento russo no órgão e os seus interesses ao apoiar o regime de Bashar al-Assad e como sua política externa conduziu as suas decisões durante esse conflito.

As relações Rússia-Síria e os interesses russos

O Oriente Médio configura-se como uma das regiões de interesse da política externa russa. Por isso, garantir e manter sua presença na região é algo central durante o governo de Vladimir Putin. No entanto, para explorar os interesses russos no local e sua aliança com a Síria, é necessário entender como foi construída essa relação e sua continuidade.

Após a independência da Síria, em 1945, o país não conseguiu manter estabilidade internamente, porém com o golpe militar de 1954 há uma aproximação da URSS. Ao longo dos anos foram realizados acordos militares e econômicos entre esses atores, mas essa aliança foi acentuada com a ascensão de Hafez al-Assad ao poder em 1970 (AGHAYEV; KATMAN, 2012).

Foram quinze anos de relações econômicas e militares entre os países, em que foi assinado um pacto de não agressão em 1950 e houve a construção de uma base naval da URSS em território sírio. Em troca a Síria receberia apoio para sua segurança nacional e faria acordos comerciais com um forte aliado e parceiro que forneceria armas e treinamento. O porto de Tartus foi construído em 1970 e permitiu o acesso da URSS ao mar Mediterrâneo, ou seja, uma presença estratégica

importante durante a Guerra Fria (OLIGIE, 2019). Posteriormente, a URSS também forneceu créditos para que a Síria pudesse receber armamento em sua luta contra Israel na Guerra de Outubro de 1973, aumentando a dívida econômica síria frente aos russos (AGHAYEV; KATMAN, 2012).

No governo de Hafez al-Assad ainda foi assinado o Tratado de Amizade e Cooperação em 1980 e o Tratado de Camp David em 1979, em que foi estabelecido que nos casos de ameaça à paz ou segurança, o aliado iria contribuir para restabelecer a paz e eliminar ameaças. Com a dissolução da URSS e Yeltsin no governo russo, ainda foi mantido o fornecimento de armas e ajuda militar/econômica para a Síria, além de Tartus ser mantida como base militar (BARTZ, 2016).

No entanto, Yeltsin requisitou que a Síria pagasse as dívidas de crédito que fez durante a parceria com a URSS, o que diminuiu a parceria entre os países. Com a ascensão de Putin em 2000 e de Bashar al-Assad na Síria essa relação voltou a se estreitar porque a Rússia fechou suas bases militares no Vietnã e Cuba, mas manteve Tartus como seu posto militar avançado no Oriente Médio. A Síria também apoiou a Rússia ao ser oposição aos EUA no CSNU acerca de uma intervenção no Iraque nos anos de 2002 e 2003 (ALLISON, 2013).

As intervenções lideradas pelos EUA em Kosovo, Afeganistão, Iraque e Líbia, resultaram em uma mudança de regime e para a Rússia isso seria uma ameaça à estabilidade do sistema internacional. No caso da Síria, a presença e interesses dos EUA são debatidos como uma proteção aos diretos humanos, diante da calamidade humanitária que Assad provocou. Porém, o tema é mais complexo. Geopoliticamente os EUA tem tentando se livrar de um governo que está alinhado ao Irã e que contraria os interesses norte-americanos na região. Por isso, manter a Síria como uma possível aliada através da derrubada de Assad seria deveras importante, pois seria um contraponto para a Rússia no âmbito diplomático (CHARAP, 2013).

A Síria apoiou a intervenção da Rússia na Geórgia em 2008 e também foi oferecido o território sírio para que fossem instalados mísseis russos de forma estratégica. Além disso, após a Rússia organizar sua política externa, o Oriente Médio ganha importância no governo Putin diante de sua riqueza em fontes de petróleo e gás natural, assim como rotas comerciais e para exportação de armas (WLODKOWSKI-BAGAN, 2017). Neste sentido, a política externa russa no Oriente Médio demonstra capacidade de negociar questões econômicas e comerciais, mediar confrontos e tentar projetar poder na região (SILVA, 2020).

Desse modo, o apoio da Rússia à Síria, e até seu ataque na Ucrânia em 2021, podem ser vistos também como uma demonstração de seu poder. No entanto, em uma análise mais voltada para o neorrealismo ofensivo, esse posicionamento russo acontece como resposta a uma expansão norte-americana e da OTAN que acontece na região, na qual resta como interesse à Rússia tentar manter sua hegemonia e presença nesses locais (EDINGER, 2022).

Como a Síria é um parceiro crucial da Rússia e um território em que pode expandir sua influência, essa parceria perdura e ambos têm se apoiado no âmbito internacional em diversas ocasiões (WLODKOWSKI-BAGAN, 2017), fato que se traduz no posicionamento russo frente ao conflito sírio no Conselho de Segurança nas Nações Unidas.

A Rússia e o seu papel no CSNU

O CSNU, processo decisório e papel no conflito sírio

O CSNU é responsável por tomar decisões sobre situações internacionais que necessitem de um posicionamento e atuação para a manutenção da paz. Com o fim da Guerra Fria em 1991, se intensificou a atuação do CSNU em contraste com seu imobilismo durante os anos anteriores. Inicialmente, o CSNU tinha como membros permanentes a República Popular da China, os EUA, a França, o Reino Unido e a União Soviética. A sua estrutura não mudou muito desde sua criação, mas em 1963 aumentou o número de membros não permanentes de seis para dez (SILVA, 2016). Além de aumentar para quinze membros, em 1971 a China substituiu Taiwan como membro permanente e com a dissolução da URSS em 1991, a Rússia foi a sucessora de seu assento (BACCARINI, 2018).

O processo de tomada de decisão do conselho é realizado por votação e exige que pelo menos nove membros aprovem a resolução, no entanto é necessário que os cinco membros permanentes aprovem de forma unânime para que a resolução seja validada, então se um dos membros permanentes não aprovar, a proposta é vetada. Isso porque apenas os cinco membros permanentes têm o poder de vetar propostas, resoluções e decisões do conselho (SOUZA, 2019)[4].

No que concerne ao poder de veto, este foi e é muitas vezes um dos responsáveis pela limitação ou paralisia da ONU em alguns assuntos de Segurança Internacional. O poder do veto foi uma forma de suprir as demandas dos Estados que tinham maior autoridade durante a Segunda Guerra Mundial, pois impedia que realizassem ações diretas contra os membros fundadores da organização. No entanto, também foi uma forma dos membros permanentes, aqueles que detêm o poder do veto, protegerem seus interesses nacionais ou de seus aliados. Desde a criação do poder do veto até 1990, a URSS usou o veto 141 vezes, os EUA 84, o Reino Unido 32, a China 13 e a França 18 vezes (DENNY, 2018). Durante a Guerra Fria o veto foi usado 279 vezes pelos membros permanentes e também existiram projetos de resolução que não foram submetidos, pois seriam vetados durante esse período (ALMEIDA *et al.,* 2020).

Acerca dos vetos russos, no caso de Kosovo em 1998-99, o país vetou qualquer uso de força no local juntamente com a China. Em 2003-2006 no caso de Darfur e Sudão, também houve veto contra o uso de força. Outros casos de veto russo foram em ações na Crimeia, Geórgia e na parte Oriental da Ucrânia. Em contrapartida, os EUA vetaram ações contra Israel. Desse modo, alguns vetos foram utilizados de forma estratégicas ou para dar cobertura política a aliados (DENNY, 2018).

O caso da Síria representa uma situação extrema de crise humanitária, por isso tem sido esperado um posicionamento do CSNU em busca de um acordo de paz. Entretanto, as divergências entre os membros permanentes acerca da melhor forma de resolução para o conflito, representou dificuldades para coordenar uma cooperação (GUIMARÃES; CARVALHO, 2017).

O posicionamento russo no CSNU durante a Guerra Civil síria (2012-2020)

Historicamente a Rússia tem protegido a Síria de resoluções que possam provocar uma mudança de liderança e regime no território, o que pode representar uma maior presença ocidental. No que concerne a política externa russa nesse período, Putin deixou em evidência que as instituições e forças armadas atuais da Síria devem ser mantidas. Por isso, se posiciona em favor de manter uma estabilização no país, manutenção do regime, e a busca por uma forma de conciliar partes e manter a soberania síria (OLIGIE, 2019).

Em documento oficial da política externa russa de 2016, Putin chancela que o povo sírio deve determinar seu futuro com vistas de manter a integridade territorial e a independência, assim como os direitos para que tenha paz e segurança na região (AHMAD, 2020). Porém, uma das críticas a Rússia é que, mesmo ao defender soberania e não intervenção em algumas situações durante discussões no CSNU, realizou ações individuais na Geórgia e na Ucrânia mesmo defendendo que estaria protegendo russos na região (OLIVEIRA; UZIEL; ROCHA, 2017). Isto não tem impedido que a Rússia adote um discurso de proteção da soberania, vetando resoluções de profunda relevância durante o conflito sírio, fortalecendo seu protagonismo na região do Oriente Médio.

De modo geral, os vetos da Rússia foram nas seguintes resoluções:

[4] Os encontros públicos realizados pelo CSNU são para tomar decisões e realizar debates, porém também existem os encontros privados, em que não há participação de público ou imprensa, apenas membros da ONU também podem estar presentes (BACCARINI, 2017).

Tabela I – As resoluções vetadas no CSNU sobre a Guerra Civil síria (2012-2020)

Ano	Resolução	Vetos	Temas
Outubro de 2011	S/2011/612	Rússia e China	Reafirma a responsabilidade do governo sírio de proteger os civis. E destaca a necessidade de um processo político em prol da população.
Fevereiro de 2012	S/2012/77	Rússia e China	Demanda que o governo sírio coloque fim aos atos de violência.
Julho de 2012	S/2012/538	Rússia e China	Condena a continuidade dos atos de violência e uso de armas.
Maio de 2014	S/2014/348	Rússia e China	Enfatiza que os crimes cometidos no conflito devem ser investigados e uma solução deve ser encontrada.
Outubro de 2016	S/2016/846	Rússia	Condena os atos de violência e a atuação de grupos terroristas. Necessidade de trazer à justiça os culpados pelos atos.
Dezembro de 2016	S/2016/1026	Rússia e China	Demanda o cessar-fogo e o fim das hostilidades por todas as partes.
Fevereiro de 2017	S/2017/172	Rússia e China	Condena a utilização de armas químicas e ressalta a necessidade de investigar os atores envolvidos.
Abril de 2017	S/2017/315	Rússia	Condena a utilização de armas químicas.
Outubro de 2017	S/2017/884	Rússia	Requisitou que o Mecanismo de Investigação Conjunto realizasse relatórios para o CSNU sobre o uso de armas químicas.
Novembro de 2017	S/2017/962	Rússia	Condena o uso de armas químicas e a necessidade de lidar com os culpados.
Novembro de 2017	S/2017/970	Rússia	Decide renovar a atuação do Mecanismo de Investigação Conjunto na Síria.
Abril de 2018	S/2018/321	Rússia	Condena o uso de armas químicas no conflito.
Setembro de 2019	S/2019/756	Rússia e China	Expressa preocupação com as ações de grupos terroristas e condena ataques contra civis.
Dezembro de 2019	S/2019/961	Rússia e China	Enfatiza a necessidade de todas as partes envolvidas permitirem ajuda humanitária para os civis.
Julho de 2020	S/2020/654	Rússia e China	Enfatiza a necessidade de ajuda humanitária e condena os atos de violência.
Julho de 2020	S/2020/667	Rússia e China	Enfatiza que todas as partes têm obrigações e devem cumprir o Direito Internacional Humanitário.

Fonte: United Nations (2021).

Um dos posicionamentos do CSNU em 2011 foi emitir um *Presidential Statement*, declaração feita pelo CSNU em nome do Conselho, em que declarava preocupação com a situação na Síria e condenava as violações aos Direitos Humanos, além de requisitar o fim imediato dos combates no país (EMINUE; DICKSON, 2013). Desse modo, no início do conflito eram discutidos projetos de resolução que condenavam as ações do governo sírio, mas alguns membros do CSNU se opuseram, entre eles a Rússia, China, Brasil, África do Sul e o Líbano. A Rússia manteve seu posicionamento de que uma pressão na Síria seria uma forma de interferência em seus assuntos e na soberania do Estado. Então, essa divisão de opiniões e interesses se manteve entre os membros do CSNU e não houve consenso sobre uma solução (GEFKINS, 2012). No entanto, ao longo do conflito algumas resoluções também foram aprovadas, assim como houve ações da Rússia no território sírio ou nas discussões sobre o conflito.

A atuação do CSNU durante a Guerra Civil síria e o posicionamento russo de 2012 a 2015

Em 2012, a ONU continuou a buscar soluções duradouras para a crise na Síria e um novo projeto surgiu. Esse projeto condenava as violações e atos de violência na Síria e condenava o regime e salientava a necessidade de cooperação para punir os responsáveis e pôr fim às hostilidades (ALLISON, 2013). A Rússia e China vetaram essa resolução e a justificativa russa era de que ao ter uma mudança no regime, isso incentiva ainda mais a oposição e a luta armada (EMINUE; DICKSON, 2013). Em 2012, a Rússia aceitou o *Presidential Statement* que requisitava o plano de paz e um cessar-fogo de todas as partes, mas não falava de mudança de regime ou nova eleição (ALLISON, 2013).

Desse modo, o período de 2012 foi marcado por essas tentativas iniciais da ONU de buscar soluções para o caso sírio e também que houvesse um cessar-fogo para a atuação de atores humanitários no território para que os civis recebessem assistência necessária (MELLING; DENNETT, 2018). Em 2012 ainda foram aprovadas as resoluções: RES/2042, RES/2043 e RES/2059 que condenavam as violações aos Direitos Humanos e apoiava o envio de Kofi Annan para averiguar o caso e também dava apoio aos seis pontos de paz sugeridos por ele para a Síria. Em 2013 foi aprovada a RES/2118 que falava sobre a utilização de armas químicas ser crime (SECURITY COUNCIL REPORT, 2021).

Em 2013, devido a evidências de que armas químicas eram utilizadas no conflito sírio, os EUA ameaçaram realizar um ataque unilateral, porém a Rússia conseguiu com que um acordo fosse feito com a Síria para que o país entregasse essas armas para a ONU. No período, Putin alegou que uma intervenção unilateral provocaria mais caos e era preciso manter a lei e ordem (SOUZA; MACHADO, 2015). Deste período em diante a Rússia teve um posicionamento mais assertivo de bloquear qualquer intervenção ou sanção contra a Síria. Nesse início, a China também apoiou as decisões da Rússia no âmbito do CSNU, assim como outros países membros do BRICS ou aliados da Rússia (WEBB, 2014). A resolução que previa a entrega do arsenal de armas químicas da Síria foi a RES/2118, com o intuito de eliminar o estoque de armas químicas no país. Também houve o envio da Organização para Proibição de Armas Químicas (OPAQ) para auxiliar essa eliminação do estoque no território sírio (JAFAROVA, 2014).

Em 2014, juntamente com a China, a Rússia iria vetar o encaminhamento da situação síria para o Tribunal Penal Internacional. Por causa desses vetos, as resoluções aprovadas seriam sobre cessar-fogo e fim das violências para que atores humanitários pudessem atuar (MAHAPATRA, 2016). Neste ano, a resolução que foi aprovada para o cessar-fogo e cessar ataques contra civis foi a RES/2139. No entanto, mesmo com essa resolução muitos civis ainda foram mortos e estruturas públicas também foram atingidas. A RES/2191 requisitava o apoio dos membros para o envio de Ajuda Humanitária (HARTBERG; BOWEN; GOREVAN, 2015). Outras quatro resoluções foram aprovadas neste ano, a RES/2165, RES/2170 e RES/2178. Essas resoluções condenavam, atos terroristas e a violência crescente contra civis (SECURITY COUNCIL REPORT, 2021).

Enquanto em 2015, as resoluções aprovadas consistiam em desaprovar o uso de armas químicas, a atuação de grupos terroristas e as violações aos Direitos Humanos, porém nenhuma solução clara sobre como garantir a paz e a segurança no país. A RES/2235 cita o uso de armas químicas e o papel da OPAQ, além de solicitar uma operação para identificar os responsáveis pelo seu uso (PAUTASSO; ADAM; LIMA, 2015). Nesse ano ainda foram aprovadas mais cinco resoluções, a RES/2199, RES/2209, RES/2249, RES/2254 e RES/2058. Essas resoluções condenavam novamente os atos de violência e atuação de terroristas, mas também enfatizava a soberania da Síria como importante (SECURITY COUNCIL REPORT, 2021).

Além do apoio no âmbito político, foi em 2015 que a Rússia realizou operações militares no território sírio e estabeleceu sua base naval ao sul de Latakia. O apoio russo consistiu no envio de forças militares e veículos para a retomada de territórios e manutenção das forças do governo. A justificativa para esse apoio direto à Síria, foi a de estar em busca da estabilização de um governo reconhecido e legítimo (KAIM; TAMMINGA, 2015).

A atuação do CSNU na Guerra Civil síria e o posicionamento russo de 2016 a 2022

Em 2016 esse apoio e intervenção direta foi mantida, pois as forças russas contribuíram para a retomada de Aleppo. Mesmo com essa retomada e combate a uma parte da oposição ao governo, as hostilidades continuaram em outras regiões como em Idlib e Hama (MAHER; PIEPER, 2020). A Rússia permanece com um papel importante como aliado da Síria, pois manteve o apoio aéreo e forças terrestres para a retomada de territórios. Também propôs uma coalizão para realizar ataques contra o ISIS e outros grupos considerados terroristas pelo governo sírio e pela Rússia (CZUPERSKI *et al.*, 2016).

Tabela 2 – As resoluções aprovadas no CSNU sobre a Guerra Civil síria (2012-2022)

Ano	Resolução
2012	S/RES/2042
	S/RES/2043
	S/RES/2059
2013	S/RES/2118
2014	S/RES/2139
	S/RES/2191
	S/RES/2165
	S/RES/2170
	S/RES/2178
2015	S/RES/2235
	S/RES/2199
	S/RES/2209
	S/RES/2249
	S/RES/2054
	S/RES/2058
2016	S/RES/2268
	S/RES/2314
	S/RES/2319
	S/RES/2328
	S/RES/2332
	S/RES/2336
2017	S/RES/2393
2018	S/RES/2401
	S/RES/2449
2020	S/RES/2504
	S/RES/2533
2021	S/RES/2585
2022	S/RES/2642

Fonte: Security Council report (2023).

No mesmo ano foi aprovado pela Rússia, Turquia e Irã uma declaração conjunta que endossava o cessar-fogo e apoiava a elaboração de um acordo entre a oposição e o governo sírio. Em dez/2016 esse cessar-fogo entrou em vigor com o intuito da participação das forças pró-governo e a oposição, menos grupos extremistas. A Turquia, o Irã e o governo sírio também realizaram uma reunião com o Exército Livre da Síria (ELS) em janeiro de 2017, conhecida por processo de Astana. O acordo foi o de cessar-fogo para que a ajuda humanitária fosse fornecida aos civis, mas não foram tomadas novas providências para a resolução do conflito (RODKIEWICZ, 2017).

Em 2016 foram aprovadas seis resoluções, a RES/2268, RES/2314, RES/2319, RES/2328, RES/2332 e RES/2336. Essas resoluções continuaram a enfatizar a condenação da utilização de armas químicas no conflito e a deterioração que os embates estavam provocando na Síria (SECURITY COUNCIL REPORT, 2021). As últimas resoluções são as de 2017, 2018 e 2020. Em 2017 foi aprovada uma, a RES/2393. Em 2018 duas, a RES/2401 e RES/2449. E em 2020 duas, a RES/2504 e RES/2533. Novamente é enfatizado a necessidade de ajuda humanitária no país e a condenação dos atos de violência (SECURITY COUNCIL REPORT, 2021).

Em 2018 os acordos de cessar-fogo não foram eficazes e a Rússia foi contra intervenções na Síria. De modo geral, são resoluções que abordam o repúdio aos atos de violência, a utilização de armas químicas, condenavam atuações de grupos terroristas, enfatizavam necessidade de ajuda humanitária, mas não tinham uma resolução para o conflito sírio.

Neste ano, 2022, o CSNU aprovou o envio de Ajuda Humanitária através da passagem de Bab al-Hawa. Esse local fica na fronteira entre a Turquia e a Síria e é uma das passagens para conseguir enviar auxílio para os sírios. Essa proposta foi aprovada com 12 votos a favor, mas os EUA, Reino Unido e França se abstiveram. Esse acordo esteve vigente até janeiro de 2023 (UN, 2022).

No entanto, essa aprovação aconteceu após o CSNU examinar duas propostas: em uma delas era previsto a ampliação dessa ação por mais um ano, mas foi vetada pela Rússia; a outra proposta foi feita pela Rússia e previa a renovação por seis meses, mas não teve apoio de outros membros, pois a China se absteve. Então, a proposta que foi

aprovada foi redigida em conjunto com a Noruega e a Irlanda e prevê o monitoramento da implementação desse mecanismo de ajuda por dois meses (UN, 2022). Desse modo, recentemente mais de 14 milhões de pessoas necessitam de Ajuda Humanitária e o país tem sofrido com crise financeira, econômica e com a pandemia da Covid-19.

Acerca do posicionamento russo, destacamos alguns pontos de sua Política Externa e os seus interesses. Inicialmente, a Rússia buscou aliados no Ocidente e uma aproximação com antigos membros da URSS, mas essa parceria não trouxe os benefícios esperados. Ao longo dos anos, há uma aproximação russa de alguns países emergentes, como a China, e o fortalecimento de antigas parcerias, como é o caso da Síria.

De modo geral, um dos objetivos russos é a sua independência doméstica e ser um ator central no cenário internacional, projetando poder à luz do que teoriza o realismo ofensivo (EDINGER, 2022). Isso acontece ao buscar manter seus aliados, realizar acordos e se posicionar em organizações internacionais nos assuntos que são de seu interesse ou que podem influenciar no território de seus parceiros. No âmbito diplomático, a Rússia vetou propostas que buscassem uma mudança de governo na Síria ou que culpassem Bashar al-Assad. Inicialmente, esse poder de veto foi uma forma dos membros permanentes não utilizassem ações contra outros membros, porém também tem sido utilizado como forma de proteger os interesses desses membros e proteger também seus aliados. Em síntese, a Rússia mantém seu apoio ao governo de Bashar al-Assad pois possui interesses na região e busca manter uma zona de influência. Porém, também mantém esse aliado porque a Síria também fornece apoio político e diplomático para a Rússia em suas ações no cenário internacional.

Considerações finais

A Guerra Civil Síria é um conflito armado com uma diversidade de atores envolvidos e a presença de atores não estatais violentos, o que provoca atos de violência e violações que escancararam a crise humanitária no país. A ONU tem sido responsável por fornecer ajuda humanitária aos civis, mas não houve muitas medidas para solucionar o caso de maneira mais efetiva.

Essa atuação da ONU também ficou limitada porque não houve consenso sobre a situação no seu Conselho de Segurança. Os Estados Unidos e a Rússia são membros permanentes do CSNU e que tiveram um posicionamento e atuação absolutamente divergente durante o conflito, além de divergir sobre a melhor maneira de lidar com o caso. A Rússia e a China foram responsáveis por vetar diversas resoluções com a justificativa de estarem mantendo a soberania e integridade territorial da Síria.

Dessa forma, o posicionamento russo no CSNU durante o conflito sírio é de apoiar o governo de Bashar al-Assad, mas há algumas motivações do país para sua conduta nesse aspecto. No cenário internacional, um dos objetivos russos é o de se consolidar como um ator central e independente e que, para garantir seus objetivos, necessita manter seus aliados e fortalecer suas alianças, projetando um enfraquecimento da área de influência da OTAN. A política externa russa teve mudanças desde o fim da Guerra Fria, mas manteve uma parceria com antigos aliados da URSS. Nesse contexto, houve novamente uma aproximação entre a Síria e a Rússia antes do início do conflito sírio. Essa relação entre os países é um dos motivos para a Rússia ser a favor da Síria nas discussões no CSNU.

Outras motivações para o apoio da Rússia à Síria são de natureza econômica, pois há interesse russo no petróleo e gás natural no país, além de o território ser uma rota para a venda de energia. Além disso, a Síria também é um comprador costumaz de armas russas. Por sua vez, uma motivação estratégica seria a presença russa no território sírio no Oriente Médio, cristalizadas com a base naval de Tartus e a aérea em Latakia. Cada uma dessas motivações também está atrelada a política externa russa e aos seus interesses na região, que podem ser explicadas pelas lentes do realismo ofensivo.

Apesar de vetar resoluções que colocassem a responsabilidade em Bashar al-Assad ou fossem uma ameaça para o regime, o governo russo buscou alternativas para o caso sírio. Uma dessas alternativas foi o cessar-fogo em alguns momentos para que assim os civis pudessem ser evacuados e recebessem ajuda humanitária. Também houve tentativas de negociação entre a oposição e o governo de Assad. Além dessas ações, houve iniciativas de coalizão fora das decisões do

CSNU, como as lideradas pelos EUA e pela Rússia em iniciativas contra o ISIS e outros grupos radicalizados no território sírio.

Em síntese, o CSNU se limitou a aprovar apenas algumas ações, principalmente de ajuda humanitária, e também para lidar com armas químicas na Síria. Porém, apenas continuou a destacar as violações aos Direitos Humanos e os atos de violência pelo país, sem de fato ter uma medida para pôr fim ao conflito. Mantêm-se assim um apoio da Rússia ao governo de Bashar al-Assad, pois a região e a permanência de Assad no poder continuam como interesses russos centrais em sua busca de se manter como *hegemon* de destaque na arena geopolítica internacional.

Referências

ACNUR. **Onze anos depois, a Síria continua sendo a maior crise de deslocamento forçado do mundo**. ACNUR Brasil, 2022. Disponível em: < https://www.acnur.org/portugues/2022/03/15/onze-anos-depois-a-siria-continua-sendo-a-maior-crise-de-deslocamento-forcado-do-mundo/>. Acesso em: 18 de ago de 2022.

AGHAYEV, E.; KATMAN, F. Historical Background and the Present State of the Russian-Syrian Relations. **European Researcher**, v. 35, n. 11, p.2066-2070, 2012.

ALKAFF, S. H. B. O.. Syria. **Counter Terrorist Trends And Analyses**, v. 8, n. 1, p.87-91, 2016.

ALLISON, R. Russia and Syria: explaining alignment with a regime in crisis. **International Affairs**, v. 89, n.4, p. 795-823, 2013.

ALMEIDA, A.; MARQUES, B. F.; REIS, G. F.; CAMPOS, P. V. A.; CAETANO, P. H.. O poder de veto na ONU e o princípio da horizontalidade entre as nações. **Jornal Eletrônico**, Faculdade Integradas Vianna Júnior, v.12, n.1, p. 223-240, 2020.

AMORIM, C.. Grande Estratégia: política externa e defesa em um mundo em transformação. **Austral**, vol. 4, n. 7, p. 9-21, 2015.

BACCARINI, M. P. O. A evolução dos métodos de trabalho e a emergência do consenso no Conselho de Segurança da ONU: a tomada de decisão por comitês. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v.12, n.2, p. 5-29, 2017.

BACCARINI, M. P. O. Informal Reform of the United Nations Security Council. **Contexto Internacional**, v.40, n.1, p. 97-115, 2018.

BARTZ, L. Russian-Syrian Relations: Past and Present. **The Journal of Global Affairs**, 26, p.1-10, 2016.

BENTES, N. M. S.; NEVES, R. T. S.; LOBATO, L. C. "Breve Histórico": In: BENTES, N. M. S.; NEVES, R. T. S.; LOBATO, L. C. (Org.). **Síria: Da História à Crise Humanitária**. Série Observatório de Direitos Humanos da ONU, Editora Fi: Porto Alegre, p. 25-58, 2018.

BOWEN, A. S.; WELT, C. **Russia: Foreign Policy and U.S. Relations**. Congressional Research Service, United States, p. 1-60, 2021.

BUGIATO, C. Uma Breve apresentação da Organização das Nações Unidas. In: JUBILUT, L. L; SILVA, J. C. J.; RAMINA, L. (Orgs.). **A ONU aos 70: Contribuições, desafios e perspectivas**. EDUFRR – Universidade Federal de Roraima, 2016, p. 173-189.

BUZETTO, M. A Batalha da Síria e a Nova Geopolítica do Oriente Médio. **Revista Novos Rumos**, v. 56, n. 1, p. 1-18, 2019.

CALEGARI, M.. **Panorama do refúgio no século XXI: os refugiados sírios no Brasil e no Mundo**. XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2018.

CHARAP, S. Russia, Syria and the Doctrine of Intervention. **Survival**, v.55, n.1, p.35-41, 2013.

CHAZIZA, M. Soft Balancing Strategy in the Middle East: Chinese and Russian Vetoes in the United Nations Security Council in the Syria Crisis. **China Report**, n. 50, n.3, p. 243-258, 2014.

CZUPERSKI, M.; HERBST, J.; HIGGINS, E.; HOF, F.; NIMMO, B. Distract Deceive Destroy: Putin at War in Syria. **Atlantic Council**, p.1-32, 2016.

DENNY, M. The effect of the United States and Russia's veto power on the UN Security Council's Ability to Protect Human Rights. **Kuwait International Law School Journal**, Special Supplement, n.3, v.1, p. 141-174, 2018.

EDINGER, H. Offensive ideas: structural realism, classical realism and Putin's war on Ukraine. **International Affairs**, n. 98, v.6, p. 1873-1893, 2022.

EMINUE, O.; DICKSON, M. The United Nations Resolutions on Syria: Exploration of Motivation from Russia and China. **International Affairs and Global Strategy**, v.10, p. 5-14, 2013.

ESKENAZI, M. **The Making of Foreign Policy: On Paradigms and Grand Strategies**. MITVIM, The Israeli Institute for Regional Foreign Policies, p. 1-19, 2015. Disponível em: <https://mitvim.org.il/wp-content/uploads/Michael_Eskenazi_-_The_Making_of_Foreign_Policy_-_August_2015.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

FERREIRA, M. A. S. V. **Análise de Política Externa em Perspectiva: Atores, Instituições e novos temas**. Editora UFPB: João Pessoa, 2020.

FERREIRA, M. A. S. V. As origens dos estudos para a paz e seus conceitos elementares: paz, violência, conflito e guerra. In: FERREIRA, M. A.; MASCHIETTO, R.; KUHLMANN, P. (orgs). **Estudos para a paz: conceitos e debates**. São Cristóvão, Editora UFS, 2019.

FIGUEIREDO, J. A. R. G. **Dinâmicas paralelas na política externa russa: estilos de liderança, relações pessoais e grupos de influência nas relações com a UE**. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n.19, p.31-53, 2013.

FILDIS, A. T. Roots of Alawite-Sunni Rivalry in Syria. **Middle East Policy**, vol. 19, n. 2, 2012.

FREIRE, M. R. A Política Externa em transição: o caso da Federação Russa. **Relações Internacionais**, n.23, p. 75-89, 2009.

FREIRE, M. R. Política Externa Russa: as dimensões material e ideacional nas palavras e nas ações. **Ecadernos ces**, n.19, p. 1-25, 2013. Disponível em: <http://eces.revues.org/1554>. Acesso em: 12 de abril de 2021.

FURTADO, G.; RODER, H.; AGUILAR, S. L. C. A Guerra Civil Síria, o Oriente Médio e o Sistema Internacional. **Conflitos Internacionais**, v.1, n.6, p.1-6, 2014.

GUIMARÃES. F.; CARVALHO, P. N. A atuação do Conselho de Segurança das Nações Unidas na Guerra Civil Síria: Conflitos de interesse e impasses entre os P5 e a consequente falta de resolução para a questão. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.6, n.12, p. 66-83, 2017.

HARTBERG, M.; BOWEN, D.; GOREVAN, D. **Failing Syria: Assessing the Impact of UN Security Council Resolutions in Protecting and Assisting Civilians in Syria**. Oxfam International, p. 1-30, 2015. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/FAILINGSYRIA_REPORT_MARCH2015.PDF. Acesso em: 05 de abril de 2021.

JAFAROVA, E. Solving the Syrian Knot: Dynamics within the UN Security Council and Challenges to its Effectiveness. **Connections**, v.13, n.2, p.25-50, 2014.

KAIM, M.; TAMMINGA, O. Russia's Military Intervention in Syria. **SWP Comments**, n.48, p. 1-4, 2015.

LAZZARI, T. C. A Política Externa Russa do início do século XXI: Tendências e Perspectivas. **Conjuntura Austral**, v. 2, n. 3-4, p. 59-78, 2011.

LEEUWEN, J.V.; VEEN, Erwin van. **Turkey in northwestern Syrian: rebuilding Empire at the margins**. Clingendael: Netherlands Institute of International Relations. CRU Policy Brief, 2019.

LOPES, J. R. C. C. A Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa até o ano de 2020. **PADECEME**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 57-72, 2017.

MAHAPATRA, D. A. The Mandate and the (In) Effectiveness of the United Nations Security Council and International Peace and Security: The Contexts of Syria and Mali. **Geopolitics**, v.21, n.1, p.43-68, 2016. DOI: 10.1080/14650045.2015.1116066

MAHER, D.; PIEPER, M. Russian Intervention in Syria: Exploring the Nexus between Regime Consolidation and Energy Transnationalization. **Political Studies**, p.1-21, 2020. DOI: 10.1177/0032321720934637

MARTINI, J.; YORK, E.; YOUNG, W.. Syria as an Arena of Strategic Competition. **Research Report Rand Corporation**, RR-213-OSD, p.01-10, 2013.

MEARSHEIMER, J. J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: WW Norton & Company, 2001.

MELLING, G.; DENNETT, A. The Security Council veto and Syria: responding to mass atrocities through the "Uniting for Peace" resolution. **Indian Journal of International Law**, p. 1-23, 2018. DOI: https://doi.org/10.1007/s40901-018-0084-9

MONROE, K. R. **The heart of altruism: Perceptions of a common humanity**. Princeton University Press, 1998.

MOREIRA, D. A Teoria das Unidades de Decisão e a sua aplicação crítica no conflito Spínola-MFA (1974-1975). **Relações Internacionais**, n.16, p.145-158, 2007.

NAHLAWI, Y. Overcoming Russian and Chinese Vetoes on Syria Through Uniting for Peace. **Journal of Conflict & Security Law**, v. 24, n.1, p.111-143, 2019.

NASSER, R. M.; ROBERTO, W. M. A Questão Curda na Guerra da Síria: Dinâmicas Internas e Impactos regionais. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, p. 219-246, 2019.

NATO. **NATO-Russia Relations: The Background**. North Atlantic Treaty Organization, 2020. Disponível em: < https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2020/4/pdf/2003-NATO-Russia_en.pdf>. Acesso em: 17 de ago de 2022.

OLIGIE, C. N. Why Russia is Involved in the Syrian Civil War: One Issue, Many Views. **Relationes Internationales**, v. 12, n. 1, p. 93-136, 2019.

OLIVEIRA, A. P. L.; UZIEL, E.; ROCHA, R. Responsabilidade de Proteger sob os olhares dos países BRICS: o caso da Líbia no CSNU. **Cadernos de Política Exterior**, n. 5, p. 77-104, 2017.

PAUTASSO, D.; ADAM, G.; LIMA, B. R. A Política Externa da Rússia diante da crise na Síria. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 11, n. 21, p. 147-168, 2015.

PEREIRA, L. M.; SILVA, M. A Importância da Ajuda Humanitária aos Refugiados. **FIDES**, Natal, v.8, n. 1, jan/jun. 2016.

PEREIRA, T. L. B. **A Campanha Russa na Síria e Iraque: Geoestratégias em Análise**. In: IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos da Defesa, Florianópolis, p. 1-28, 2016.

PEREIRA; T.L.B.; PEDONE, L. A Importância dos recursos naturais na modernização econômica, militar e geopolítica da Federação Russa. **Revista de Geopolítica**, v. 4, nº 2, p. 1-15, 2013.

PHILLIPS, C. International actors in the Syrian conflict. **Deutsches Orient-Institut**, vol. 60, n. 2, p. 7-15, 2019.

PICCOLLI, L.; DALL'AGNOL, A. C.; PEREIRA, T.L. Documentos de Política Externa e de Segurança da Rússia após 2014: principais mudanças e implicações. **Mural Internacional**, v.9, n.1, p.69-83, 2018.

RODKIEWICZ, W. Russia's Middle Eastern Policy: Regional Ambitions, Global Objectives. **OSW Centre for eastern studies**, n.71, p.1-50, 2017.

SAMPAIO, A. P.; OLIVEIRA, P. H. M.; COSTA, R. S.; MOULIN, Y. Síria: um Estado Falido? **Fronteira**: Belo Horizonte, v.11, n. 21, p. 6-22, 2016.

SANT'ANA, P. M. S.. Consequências da Primavera Árabe na Síria: nova diáspora em questão?. **Revista de Geopolítica**, v. 9, n. 1, p.68-79, 2018.

SECURITY COUNCIL REPORT. **UN Documents for Syria: Security Council Resolutions**. 2021. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/un_documents_type/security-council-resolutions/page/1?ctype=Syria&cbtype=syria#038;cbtype=syria>. Acesso em: 10 de março de 2021.

SILVA, A. K. M.; SILVA, R. S. A.. A Guerra na Síria e a luta pela unidade territorial. **Revista de Geopolítica**, v. 9, n. 1, p.80-93, 2018.

SILVA, Â. C. S. A Participação de atores externos na Guerra Civil Síria: uma Nova guerra Fria no Oriente Médio?. Tese de Doutorado, Universidade do Minho, Portugal, 151f., 2020.

SILVA, E. C.; FERREIRA, M. A. S. V. Ajuda Humanitária em Conflitos Armados: o caso do cerco de Aleppo. **Revista de Paz y Conflictos**, v.14, n.1, p. 85-106, 2021.

SILVA, J. P. L. As Regras do Jogo: Organização das Nações Unidas e Relações Centro-Periferia. **Conjuntura Global**, v.5, n.1, p. 81-93, 2016.

SMITH, N.; DAWSON, G. Mearsheimer, Realism, and the Ukraine War. **Analyse & Kritik**, Vol. 44 (Issue 2), pp. 175-200, 2022.

SOARES, J. V. S. A Guerra Civil na Síria: Atores, Interesses e desdobramentos. **OCI-Observatório de Conflitos Internacionais: Série Conflitos Internacionais**, V.5, n.1, 2018.

SOUZA, B. M.; MACHADO, L. A Política Externa e a atuação russa no Conselho de Segurança das Nações Unidas de 1991 a 2014. **Revista de Geopolítica**, v.6, n.1, p. 46-64, 2015.

SOUZA, I. C. P. R. **Análise da atuação do Conselho de Segurança das Nações Unidas nos conflitos líbio e sírio**. UFU, Universidade Federal de Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/26338/3/An%C3%A1liseAtua%C3%A7%C3%A3oConselho.pdf>. Acesso em: 08 de jun de 2021.

TABRIZI, B.; PANTUCCI, R. **Understanding Iran's Role in the Syrian Conflict**. Occasional Paper: Royal United Services Institute, 2016.

TEIXEIRA, A.W.M. Postura Estratégica da Rússia e Uso da Força no Século XXI. **CEEEX Centro de Estudos Estratégicos do Exército**, v.10, n.4, 2018.

TRENIN, D. A Five-Year Outlook for Russian Foreign Policy: Demands, Drivers, and Influences. **Carnegie Endowment for International Peace**, p. 1-6, 2016.

UN. **Conselho de Segurança renova resolução para enviar ajuda humanitária à Síria**. Nações Unidas, ONU News, 2022. Disponível em: < https://news.un.org/pt/story/2022/07/1795232>. Acesso em: 17 de ago de 2022.

UN. **ONU contabiliza ao menos 350 mil mortos em 10 anos de conflito sírio**. Nações Unidas Brasil, 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/146256-onu-contabiliza-ao-menos-350-mil-mortos-em-10-anos-de-conflito-sirio>. Acesso em: 18 de ago de 2022.

UNITED NATIONS. **Security Council Veto List**. 2021. Disponível em: <https://research.un.org/en/docs/sc/quick/>. Acesso em: 25 de março de 2021.

WEBB, P. Deadlock or Restraint? The Security Council veto and the use of force in Syria. **Journal of Conflict & Security Law**, v.19, n.3, p. 471-488, 2014.

WALTZ, K. N. **Theory of International Politics**. New York: Random House, 1979.

WLODKOWSKA-BAGAN, A. Syria in Russia's Foreign Policy in the 21st Century. **Teka Komisji Politologii i Stosunków Międzynarodowych – OL Pan**, v.12, n.1, p. 27-40, 2017.

XAVIER, A. I; RODRIGUES, A. L.; OLIVEIRA, F.; OLIVEIRA, G.; COELHO, I.; COUTINHO, I.; MATOS, S. A Organização das Nações Unidas. **Humana Global – Publicações Humanas**, 2007, pp. 17-84.

ZAHREDDINE, D.. A Crise na Síria (2011-2013): Uma Análise Multifatorial. **Revista Conjuntura Austral**, v. 4, n. 20, p.06-23, nov. 2013.

ZHEBIT, A. Sobre a história da política externa da Rússia: o "paradigma" de Primakov. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 41, p. 421-445, 2019.

ZREIK, M. China's Involvement in the Syrian Crisis and the Implications of its Neutral Stance in the war. **RUDN Journal of Political Science**, v. 21, n. 1, p.56-65, 2019.

Funções de colaboração exercidas	
Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira:	*Metodologia; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação);*
Evellin Cristina da Silva:	*Conceituação; Metodologia; Análise formal; Investigação; Supervisão; Escrita (primeira redação);*

Informações fornecidas pelos autores de acordo com a Taxonomia de Funções de Colaborador (CRediT)